

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XVI



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1977

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

CARMEN GARCIA MERINO, *Población y Poblamiento en Hispania romana. El conventus Cluniensis*. Valladolid, Universidad, 1975, 425 p. + XI mapas.

Depois de na tese de doutoramento — *Aspectos demográficos de Hispania romana. El convento jurídico cluniense* (Valladolid, 1973) — ter discutido a validade dos métodos de análise demográfica, Carmen García Merino elabora, neste livro, uma demogeografia da população do *conventus* jurídico cluniense, segundo a metodologia preconizada por Veyret-Verner e por P. George (p. 14), utilizando simultaneamente os dados epigráficos, arqueológicos, demográficos, geográficos e históricos, tratados estatística e informaticamente (p. 9).

Foi preferido o *conventus* cluniense porque, além de constituir uma unidade significativa, dispõe, segundo a Autora, de elementos que documentam expressivamente os factores condicionantes da estrutura e da distribuição populacional.

São escassas as informações que os textos literários nos fornecem a tal respeito. Será a Epigrafia a principal fonte informativa, embora a escassez de epígrafes, a sua representatividade parcial, a falta de representatividade e de dados quanto às idades indicadas nas inscrições, bem como a sua imprecisa localização cronológica, sejam aspectos a ter em conta. A Arqueologia — necrópoles e outros vestígios — será igualmente elemento a considerar, dada a sua estreita ligação com as gentes que esses vestígios deixaram.

Na primeira parte, C. G. M. aborda o problema dos limites do *conventus* cluniense, analisando, como factor considerado importante, a epigrafia vadiense e as questões que ela suscita (a A. preconiza, para a qualificação dos Vadinienses, o uso do vocábulo «tribo», pois se trata dum grupo com actividade definida). Salienta como o *conventus* cluniense «se projecta, no plano físico, sobre uma superfície determinada» e «se aplica a gentes concretas com personalidade definida a nível de povo» (p. 18).

Na segunda parte, é empreendida a observação pormenorizada das fontes literárias (cap. II) — documentos da época e testemunhos literários, desde Pompónio Mela a Idácio e escritores cristãos do séc. v.

No cap. III (aspectos demográficos) procede-se à sistematização dos materiais epigráficos: quadros estatísticos, elaborados por computador,

mostram a estrutura da população (distribuição por sexo e idade) e o seu movimento natural (mortalidade por idades e sexo, esperança de vida). Formaram-se os seguintes conjuntos epigráficos, tratados em separado e por esta ordem: Alava, Burgos, Vadinienses, Palencia, Segovia, Zamora, resto do *conventus* e, por último, o *conventus* no seu total. Precede os quadros de cada conjunto o comentário dos dados recolhidos. O apêndice a este capítulo é o *corpus* das epígrafes (por ordem alfabética do local de achado) onde se incluem, para além desse local, o nome do defunto, idade, o dedicante, estado civil do defunto e seu estatuto social, qualidade do monumento, época e o número de referência.

O cap. IV inclui dados sobre as correntes migratórias.

No cap. V, C. G. M. debruça-se sobre os materiais arqueológicos com vista a pesquisar a distribuição do povoamento (tipo de habitat e densidade populacional). Há limitações ao alcance desta análise: «a falta de escavações suficientes, a escassez de publicações sobre os materiais arqueológicos em questão, que bastas vezes se perdem por abandono e falta de atenção ou que se dispersam em colecções de antiquários e particulares sem que se possa precisar a sua proveniência e respectivo contexto arqueológico» (p. 207). Para cada uma das províncias espanholas por que actualmente se distribui o *conventus* cluniense romano (ordenadas alfabeticamente), C. G. M. apresenta a relação de cada tipo de núcleo de povoamento, dos topónimos alusivos ao habitat, situando-os geograficamente, traçando por fim um panorama geral do povoamento, província por província. Estes dados são, aliás, incluídos em 11 mapas que acompanham o volume. As pág. 351-360 são ocupadas pelas conclusões deste capítulo.

Na terceira parte (cap. VI) tecem-se as considerações finais acerca da população do *conventus* e factores geográfico-históricos que a influenciaram. Após sublinhar que a análise destes factores é importante para a compreensão da estrutura, mecanismos e distribuição da população e que se torna útil empregar simultaneamente a metodologia demográfica e a da geografia humana, a A. afirma: só um material epigráfico numeroso permitirá chegar a conclusões válidas (pelo menos, 40 inscrições para uma cidade, mais de 300 para um *conventus*); as inscrições funerárias não correspondem apenas a um grupo económico ou social determinado; a falta de dados para datação das epígrafes dificulta a perspectivação correcta da problemática demográfica.

Outros aspectos directamente ligados ao material do *conventus* cluniense são focados também: a questão dos arredondamentos de idade nas inscrições, o que lhes confere valor aproximativo; o facto de haver mais inscrições a homens que a mulheres; a inexistência de inscrições a crianças; a necessidade de adoptar o conceito «esperança de vida» em vez do de «vida média»; a ausência de dados sobre nupcialidade, fecundidade, limitação da natalidade; impossibilidade duma definição quantitativa da população.

No apêndice epigráfico, por áreas e por ordem alfabética das localidades dos achados, pode ver-se a leitura, interpretação e bibliografia de cada epígrafe anteriormente comentada nos quadros respectivos.

Trabalho de muito fôlego e a exigir grande capacidade de pesquisa e, depois, de síntese — a tese de Carmen Garcia Merino haverá de contar-se entre o que de bom se tem feito na Península no domínio da demografia ao tempo dos Romanos.

Neste campo, constituíram até agora estudos relevantes os materiais carreados e comentados por Irene Arias (*CHE* XII, 1949, p. 5-50, XVIII, 1952, p. 22-49, XXI-XXII, 1954, p. 16-69 e XXVII, 1958, p. 67-98), bem como o artigo de G. Fabre, *Le tissu urbain dans le Nord-ouest de la Péninsule Ibérique* («*Latomus*», XXIX, 1970, p. 314-340), que também estuda largamente o movimento populacional do *conventus cluniensis*. Gostaríamos, pois, de ter visto mais detidamente cotejadas as conclusões destes autores; decerto, aspectos houve em que as opiniões coincidiram, outros em que tal coincidência não foi total — e era cientificamente útil a sua apresentação. Neste aspecto, C. G. M. tem apenas esta frase: «El cluniense es uno de los conventos hispanos más abierto a la vida exterior y a las relaciones con sus diversas zonas, en contraste con lo que ocurre en los otros tres conventos de la mitad norte-noroeste de la Península, es decir, los de Asturica, Lucus y Bracara, como ya hizo notar G. Fabre» (p. 192).

Aliás, no que respeita à bibliografia compulsada, parece-nos que teria havido o maior interesse na inclusão duma *bibliografia geral*, nomeadamente para sabermos quais as colectâneas epigráficas em que a A. se baseou para a recolha dos materiais. Hoje são tantas as epígrafes publicadas que se torna importante para o investigador conhecer exactamente quais os trabalhos que foram consultados para a elaboração de determinada tese. Um exemplo justifica flagrantemente a nossa proposta: C.G.M. decerto consultou o CIL II e leu os artigos de Fabre e Irene Arias; por que razão não incluiu as epígrafes CIL II 162 e 163, que, aliás, são referidas tanto por Irene Arias como pelo próprio Fabre (o.c. p. 331), alusivas a dois clunienses atestados em Ammaia (*conventus Pacensis*)?

É por diversas vezes focado o *problema da datação*. Contudo, já se vem assentando para a Península em critérios definidos, permitindo maior aproximação: a ausência ou presença das fórmulas funerárias (nomeadamente DMS), a indicação da tribo (indicação inexistente pelo menos a partir do séc. III)... Por outro lado, várias das epígrafes estudadas trazem datação bem precisa, quer através dos nomes dos cônsules reinantes quer mediante a chamada *era consular*. Ora, não só os referidos critérios não são tidos em conta por C. G. M. como não houve preocupação em dar a data exacta onde ela vinha mencionada. Assim, a inscrição n.º 217 data do tempo dos cônsules Póstumo (IV) e Vitorino (265) e a A. atribui-lhe vagamente o séc. III; a n.º 221 está datada do ano 338 da era consular e também é colocada no séc. III; a n.º 230, do ano 377 da era consular, é posta no séc. III; à n.º 278, com menção da tribo, é atribuída uma datação entre o séc. I e o V; a n.º 283 (392 da era consular) é datada «séc. III-V»... Curioso verificar igualmente que o monumento de Castelo de Vide (n.º 56 da 2.ª lista) é datado por quem o estudou da 2.ª metade do séc. I d.C. — a A. coloca-o entre o séc. I e o V...

Por mais que uma vez alude Carmen García Merino à impossibilidade de generalização quanto à duração de vida. É que desconhecemos naturalmente muitas epígrafes e não nos podemos esquecer como — ainda hoje! — são variadíssimos os factores que levam à feitura duma inscrição funerária. Por isso, frases como «a mortalidade feminina [em Alava] é mais precoce que a masculina» (p. 69) se devam considerar com imensa precaução.

Assinalemos ainda:

— A inscrição n.º 200 é igual à 210: só na pág. 409 vem anotada a repetição, embora sem qualquer justificação.

— Castelo de Vide pertence ao *conventus pacensis* e não ao emeritense (p. 187).

— Podia ter sido adoptado um método mais claro nas notas de rodapé, mormente em casos, frequentes, como o da pág. 308, onde B. Taracena é citado 26 vezes a propósito de, apenas, 33 estações arqueológicas.

— A nota 3 da pág. 262 resulta confusa: «Tão pouco mencionamos o número de inscrições aparecido em cada localidade se é inferior a um» — que- rerá a A. referir-se aos fragmentos?

O apêndice epigráfico — de tamanha importância — suscita-nos, entre outros, os seguintes reparos:

— N.º 28: parece-nos forçado o *r(equiescit)* da l. 4; é mais característico da epigrafia cristã.

— N.º 44: não vemos motivos para se interpretar a tribo como sendo a *Esquilina*, não muito documentada, ao que sabemos, na Península; de resto, a transcrição apenas indica o S, de ANTI(O)CVS, na l. 2 — deverá ser a tribo *Quirina*.

— N.º 45: preferimos M(arcus) SEMP(ronius) ELAVI (filius), em vez de EXAVI(us).

— N.º 59: efectivamente, é «inscrição duvidosa» não só pelo inusitado formulário como também pela precisão da idade — 73 anos, 7 meses e 9 dias!... Haveria que fazer-lhe uma crítica externa (tipo de letra e de monumento, contexto arqueológico).

— N.º 107: a interpretação não coincide com a leitura.

— N.º 12 (2.ª lista): interpretação?

— N.º 69: 23 ou 24 anos de serviço?

Só quem ande alheio às tarefas epigráficas é que poderá desconhecer quantas dificuldades surgem na interpretação dos monumentos, sobretudo quando — como no caso presente — se analisam 475 epígrafes. Por isso se torna útil o comentário doutros investigadores com vista à elaboração de sínteses o mais válidas possível. Foi esse o nosso objectivo, ao comentarmos criticamente o valioso trabalho de C. García Merino.